

EDUCAÇÃO, CURRÍCULO E DIVERSIDADE: UM DEBATE SOBRE A LINGUAGEM UTILIZADA NOS LIVROS DIDÁTICOS DA EJA FRENTE AOS DESAFIOS CONTRA O SEXISMO

Patrícia Oliveira dos Reis
Centro Universitário Projeção
patriciaobdosreis1@gmail.com

Jorge Alfredo Cerqueira Streit
Centro Universitário Projeção
Jorge.streit@projecao.br

Resumo

A crescente mobilização de diversos setores sociais em favor do reconhecimento da legitimidade de suas diferenças tem correspondido a uma percepção cada vez mais aguda do papel estratégico da educação para a diversidade. Ela é vista como fator essencial para garantir inclusão, promover igualdade de oportunidades e enfrentar toda sorte de preconceito, discriminação e violência, especialmente no que se refere a questões de gênero e sexualidade. Uma educação não sexista é uma proposta de mudar condicionamentos e estereótipos atribuídos aos seres humanos de acordo com seu sexo. O ponto de partida para o alcance de novas perspectivas que envolvem a diversidade e currículo reside no entendimento da diversidade como ela efetivamente é tratada nos contextos educacionais. Desta forma, o objetivo da presente pesquisa é analisar a forma com que tratam da diversidade de gênero, os livros didáticos recomendados pelo Ministério da Educação (MEC) para a alfabetização de jovens e adultos (EJA). Para cumprimento de tal objetivo, fez-se necessário realizar uma pesquisa teórica, documental, qualitativa e descritiva. De um total de 19 livros, do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), 8 foram compuseram a amostra da presente pesquisa. Tal investigação permitiu o entendimento de que formar um cidadão livre de preconceitos e de discriminações não é tarefa somente da escola, mas faz parte da realidade do(a) educador(a) enfrentá-la. Afinal, nos livros didáticos analisados encontram-se poucas representações de mulheres, e dessas poucas, em geral promovem os estereótipos, subalternização e padrões conservadores de referência à mulher.

Palavras-chave: Diversidade; Sexismo; Currículo; PNLD; EJA

Abstract

The increasing mobilization of various social sectors in favor of recognition of the legitimacy of their differences has been matched by an increasingly acute perception of the strategic role of education for diversity. It is seen as an essential factor in ensuring of education for diversity. It is seen as an essential factor in ensuring inclusion, promoting equal opportunities and facing all kinds of prejudice, discrimination and violence especially with regard to gender and sexuality issues. A nonsexist education is a proposal to change conditioning and stereotypes attributed to humans according to their sex. The starting point for reaching new perspectives involving diversity and curriculum lies in the understanding of diversity as it is effectively addressed in education contexts. In this way, the objective of this research is to analyze the way in which they deal with gender and diversity the textbooks recommended by the Ministry of Education (MEC) for youth and adult literacy (EJA). In order to fulfill this objective, it was necessary to carry out a theoretical, documentary, qualitative and descriptive research. Of a total of 19 books, from the National Program of Didactic Book (PNLD), 8 were composed the sample of the present research. This investigation allowed the understanding

that to form a citizen free of prejudices and discriminations is not only the school's task, but it is part of the reality of the educator(a) to face it. After all, in the textbooks analyzed there are few representations of women, and of these few, the generally promote stereotypes, subalternization and conservative patterns of reference to women.

Keywords: Diversity; Sexism; Curriculum; PNLD; EJA

1. Introdução

Não é de hoje que a temática educação e diversidade tem sido objeto de debate no universo da instituição escolar brasileira. Todavia, sabe-se que em se tratando de currículo nos diversos níveis de ensino, os desafios frente às diferenças e o preconceito entre gêneros, raças, etnias, religião entre outros, ainda são obstáculos a serem superados nos espaços educacionais. Nesse sentido, faz-se iminente a problematização do tema, tendo em vista a compreensão da diversidade não apenas no contexto educacional, mas especificamente na perspectiva da Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Os valores sociais, morais e as regras tendem a variar de acordo com o tempo, o espaço, os interesses, o nível de conhecimento e a liberdade de questionamento de uma sociedade. No século XXI, entende-se diversidade como uma construção histórica, cultural e social das diferenças, que ultrapassa as características biológicas, sendo construídas no contexto das relações de poder, pelos sujeitos sociais a partir das aquisições adquiridas nos processos de adaptação ao meio em que vivem (GOMES, 2008).

Ainda segundo Gomes (2008), o ponto de partida para o alcance de novas perspectivas que envolvem a diversidade e currículo, reside no entendimento da diversidade como ela efetivamente é tratada nos contextos educacionais, e isso implica em admitir que em diferentes contextos históricos, sociais e culturais, permeados de relações de dominação e poder, a forma de ver o diverso é muitas vezes acompanhada de tensões e ambiguidades (GOMES, 2008).

Neste sentido, sexo e identidade de gênero configuram-se valores ou conceitos fechados, preconcebidos e compartilhados pelas instituições sociais. Isto é, na sociedade atual, se uma criança nascer fêmea, será ensinada a cumprir o papel de gênero "mulher", será orientada a incorporar as atividades e tarefas configuradas socialmente para esse gênero (ARAGÃO, 2001). De tal forma que, se ousar questionar essa determinação, estará convidando a sociedade a uma "revolução de valores", pondo em questão, ou problematizando o sistema dominante (BRASIL, 2007).

Assim, a diversidade apesar de ser discutida na atualidade, ainda precisa ser melhor trabalhada e compreendida, inclusive para a geração do respeito entre as identidades sexuais e para a promoção da equidade de gênero. Por estar ligada aos conceitos de pluralidade e multiplicidade em diferentes ângulos de visão ou de abordagem, heterogeneidade e variedade, pode também ser encontrada na comunhão de contrários, na interseção de diferenças, ou ainda, na tolerância mútua, (BRASIL, 2007).

É importante ressaltar que, cada indivíduo possui uma identidade fruto do acúmulo de experiências pelas quais passou durante a vida e dos valores que são repassados pela família, pela sociedade e, por fim, pela escola. Desta forma, a escola se configura num espaço onde há quebra de algumas barreiras que se perduram durante séculos. Freitag (1980) ao definir o ambiente escolar, afirma que este se constitui um espaço significativo para a mudança de valores sociais. Desta forma, a escola também se torna um importante foro para a construção

da representação da diversidade de práticas e valores sociais, visando à promoção de valores universais, como a tolerância e os direitos humanos.

Para Gomes (2008, p.23), se a diversidade faz parte do acontecer humano, então a escola, é a instituição social na qual as diferentes presenças se encontram, e sendo assim, os currículos, por conseguinte, tem a missão de discuti-la. Segundo Moreira & Silva (1994, p.8), o currículo está implicado em relações de poder, transmite visões sociais particulares e interessadas, produz identidade individuais e sociais particulares, e tem uma história vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação.

Diante da permanência de lacunas científicas em relação à temática, o presente trabalho traz a seguinte pergunta de pesquisa: “De que forma os livros didáticos recomendados pelo Ministério da Educação para a alfabetização de jovens e adultos (EJA) tratam da diversidade de gênero?”.

2. O sexismo no universo sociocultural e educacional

De acordo com a literatura contemporânea, a noção de sexismo configura-se, como uma ameaça à democratização da sociedade de um modo geral, uma vez que exclui, discrimina e limita a participação de pessoas em função de seu sexo. Para Rosemberg, Piza & Montenegro (1990), tal discriminação se inicia na infância e vai se aprofundando na idade adulta. Ao se ofertar a uma criança uma boneca, sendo uma menina, e um carrinho no caso de ser um menino, já há a projeção de expectativas com relação aos papéis sociais que cada um irá desenvolver. A menina será uma mulher e uma mãe, e o menino será um homem e vai ter um trabalho. Assim, reproduz-se uma educação sexista.

No cotidiano quando se elogia a menina, se diz: “você joga como um menino”, ou se reprime o menino: “seja homem, não chore”; classifica-se a figura feminina como frágil ou simplesmente submissa, e a figura masculina como forte, proibida de demonstrar sentimentos. Com isso, cristaliza-se e reproduz-se padrões cultivados por nossos avós e pais, que a nós foram repassados sem revisões primeiramente no ambiente privado da família, e logo após no público: na escola, na rua e no trabalho.

Desta forma, sexismo é definido num processo de educação que estereotipa os gêneros feminino e masculino, definindo identidades e relações de poder. É nesta educação diferenciada que se constroem as desigualdades e o ser humano é moldado de acordo com séculos de exploração, onde a mulher foi e ainda é restringida ao ambiente privado e subestimada (Michel, 1989).

Trata-se de uma forma de discriminação que conduz à subalternização, à marginalização ou mesmo à exclusão de pessoas ou grupos com base no seu sexo. Resulta da tendência para estabelecer estereótipos baseados na Biologia. De acordo com Negrão & Amado (1989), estudos sobre as mulheres desenvolvidos essencialmente ao longo da segunda metade do século XX no Ocidente, apontaram a mulher numa posição de definida e não de definidora. Ao longo de séculos desenvolveu-se um discurso que situa o homem (varão) no plano do ser humano por excelência (em muitas línguas a palavra ‘homem’, é utilizada para a determinação da espécie humana, o que o coloca numa posição de superioridade em relação à mulher). Dessa forma, o sexismo se evidencia ainda mais, com a identificação da mulher com a sua biologia (nomeadamente, com a maternidade), estranha ao “ser humano perfeito” - o varão.

Essa identificação, conduziu-a à subalternização, e desta identificação surgiram dois padrões de referência à mulher: um da associação da mulher à "carne", marcada pela identificação desta com a imperfeição, o pecado, o mal e o demônio. E o outro, a idealização da mulher, a transposição do discurso para a eternização do seu papel de mãe. Esta constituiu o alibi para a exclusão da mulher do mundo "real", isto é, de acordo com Michel (1989), Balzac afirmava que a melhor forma de manter a mulher escravizada era exaltá-la, afastando-a da participação na construção da sociedade.

3. A realidade dos livros didáticos

Segundo Rosemberg (2001), pesquisas brasileiras sobre estereótipos em Livros Didáticos do primeiro período foram realizadas objetivando a explicitação e denúncia de discriminações de sexo. Tais estudos ofereceram um modelo explicativo na argumentação sobre manutenção de comportamentos tradicionais e passivos entre as mulheres. Algumas dessas investigações contribuíram para avançar o conhecimento sobre a escola e muitas delas serviram como ponto de apoio para a sensibilização do magistério, quanto à educação diferenciada de meninos e meninas. Isso porque, de acordo com o autor, houve grande repercussão via debates, palestras, artigos na grande imprensa, programas de televisão, videoteipes e recursos audiovisuais, o que pôde ser atribuído ao período de abertura política no âmbito da sociedade brasileira. Sua receptividade à crítica de padrões culturais tradicionais, bem como à assimilação imediata dos resultados das referidas pesquisas, revelaram descrições caricatas, ou quase, veiculadas pelo material didático mais popular entre professores(as).

Para Rosemberg (2001), o aspecto caricato decorria tanto do conteúdo dos Livros Didáticos, quanto do estilo da crítica acadêmica e ativista que, com raras exceções, buscava dicotomias, e não tendências, na representação das personagens: “Enquanto Adão lia o jornal, Eva lavava a roupa”. Para o autor, usava-se uma linguagem que pode favorecer uma forma de identificação distanciada do público feminino, tendo em vista os estereótipos descritos. No seu entendimento, o que se descreve nos Livros Didáticos é distante da própria experiência de mulher. Lamentavelmente, a produção crítica sobre Livros Didáticos no geral praticamente ignorou o que se escreveu e refletiu sobre imagens de papéis sexuais, (Rosemberg,1986).

Analisando a produção de 1980 a 2000, Moura (2007), observa permanências e alterações no tratamento dado ao tema. Destaca que o tema permanece na agenda do movimento feminista. Por exemplo, Farah (1998), identifica "o combate à discriminação da mulher nos Livros Didáticos" como um dos tópicos que localizou nos programas e projetos de organizações de mulheres e feministas da década de 1990. Além disso, a autora pontua que, a Plataforma Política Feminista de 2004 e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (Brasil, 2004), mantêm o quesito de avaliação, seleção e distribuição de Livros Didáticos que garantam "o cumprimento adequado dos critérios referentes à não discriminação de gênero, raça, etnia e orientação sexual", bem como seu monitoramento, o incentivo à produção de Livros Didáticos não discriminatórios e a formação de professores com isenção.

Assim, os livros didáticos citam poucas referências femininas na história da humanidade e geralmente retratam a mulher no papel de mãe, esposa, no cuidado da família, construindo estereótipos, não obstante a Inclusão de perspectivas de gênero nos currículos escolares esteja previsto no Artigo 8º da Lei 11.340/2006, de Maria da Penha.

4. A proposta de uma educação não sexista

Diante do crescimento populacional e com a evolução da sociedade brasileira, constata-se mesmo com o avanço das mulheres na formação escolar, ainda apresentam níveis mais elevados de analfabetismo quando comparado aos homens, além de representar dois terços dos adultos analfabetos do planeta. As mulheres que apresentam uma escolaridade maior do que os homens ainda ganham menos e ocupam menos postos de liderança. Somado neste labirinto, o trabalho doméstico ainda se encontra sob a representatividade predominante das mulheres. Meninas brincam com bonecas e maquiagem, reforçando ideias de maternidade e padrões de beleza. Meninos brincam com carros e jogos, reforçando ideias de poder e competição (Michel, 1989).

Uma educação não sexista é uma proposta de mudar tais condicionamentos e estereótipos atribuídos aos seres humanos de acordo com seu sexo. Os pais e educadores têm papel fundamental, mas toda a sociedade pode observar o sexismo em poucos minutos cotidianos. Sabendo disso podemos simplesmente não reproduzir o que aprendemos e educar indivíduos livres para fazerem suas escolhas. E isso vai além de uma liberdade pessoal, e enfrenta as consequências mais graves, como salários e poderes maiores para os homens, padrões de beleza que atendem ao mercado e reproduzem o racismo, até leis que condenam mulheres a morte por adultério. Uma educação não sexista possibilita oportunidades iguais para ambos os sexos e o verdadeiro enfrentamento das desigualdades de gênero. Para isso a primeira atitude é ser consciente das práticas sexistas e seus prejuízos ao ser e a sociedade. E assim remodelar os ambientes, as oportunidades e as pessoas de acordo com as escolhas de cada um.

Defender uma educação não sexista, não se trata apenas de pensarmos somente em escolas, professores e livros didáticos. Isto porque o processo educativo envolve não só os centros educacionais, mas também a casa, a família, a rua, classes, etnias e culturas que convivem no planeta. Envolve homens e mulheres. Na maioria das vezes muitos acham justas tais lutas, mas não entendem o impacto em suas vidas.

Segundo o *Informe Brasil gênero e educação - produzido no marco da Campanha Educação Não Sexista e Anti Discriminatória*, as mulheres estão avançando, em quantidade, na formação escolar em comparação aos homens. Representam cerca de 55% da população com nível superior completo (graduação) e superaram os homens em obtenção de títulos de doutorado a partir de 2004.

No entanto, quando se trata dos níveis mais elevados de escolarização (pós-graduação), as mulheres respondem por apenas 43% do total de pessoas com mais de 16 anos de estudo. Há uma falsa impressão que na educação o problema do sexismo está resolvido. Tornam-se até doutoras, mas não estão no topo do conhecimento. Mesmo com este avanço na permanência na escola, em números absolutos, as mulheres ainda constituem a maioria dos analfabetos com mais de 10 anos de idade no país. Segundo a Unesco as mulheres representam dois terços dos 796 milhões de adultos analfabetos do planeta.

Uma pesquisa realizada pela ECOS (2008), aponta que nos currículos dos cursos de pedagogia e de licenciatura de todo o território nacional os temas relacionados à sexualidade e às relações sociais de gênero não estão presentes de maneira significativa na maioria dos cursos de graduação que são responsáveis pela formação de professores. A sexualidade nas políticas de educação, por sua vez, aparece sempre vinculada à saúde, à prevenção de doenças, a violências e à gravidez e não como dimensão inerente à vida humana. Outra pesquisa realizada pelo Instituto Sedes Sapientiae, em parceria com o Unicef (2009), revela a dificuldade das escolas em abordar e encaminhar casos de violência de gênero e sexual que

ocorram tanto em seu interior como nos espaços familiares. Muitas vezes, em decorrência da falta de compreensão sobre a complexidade da problemática, as escolas acabam contribuindo para que as vítimas sejam ainda mais penalizadas.

5. Caracterização do Estudo

A presente pesquisa classifica-se como teórica e o procedimento de coleta de dados e análise de dados envolve pesquisa documental. Sendo assim, faz-se importante descrever quais foram os documentos analisados. Como documento base foi analisado a pesquisa intitulada “Qual diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros?”, executada pela ANIS – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero.

A metodologia característica desse estudo foi a qualitativa e essa escolha deveu-se à importância da mesma para se estudar os fenômenos sociais. Foi feita uma revisão crítica de literatura desde a década de 1980 até a contemporaneidade e uma análise de parte dos livros didáticos do PNLA 2008 (Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos). Tendo em vista a ausência de comercialização e/ou distribuição dos referidos livros, diferente dos demais materiais didáticos, registrou-se a impossibilidade de análise de todos os livros recomendados pelo guia do PNLA 2008.

Assim, analisou-se 08 (oito) de um total de 19 livros, do Programa Nacional Do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos, sendo eles: Conhecer e Descobrir - Wilma Jane Lekevicius Costardi, Maria Rita Costa de Souza, Mirna Lima; EJA – Alfabetização de Jovens e Adultos: língua portuguesa, matemática – Lidia de Oliveira Laguna e Luiz Roberto Dante; Ler e Escrever o Mundo – Alfabetizar Letrando – Dirceu Zaleski Filho e Samanta Martinelli; Meta do Saber - Amelia Albuquerque, Izete Maia, Jorge Rodriguez e Yêdda Freire; Ponto de encontro: alfabetização de jovens e adultos – Marco Antonio Hailer e Karina Perez Guimarães; Vale a Pena! - Andréa Martins; Vida Nova - Isabella Carpandea e Angiolina Bragança; Viver, Aprender Alfabetização - Cláudia Lemos Vóvio e Maria Amábile Mansutti;

Primeiramente foi feita a leitura atenciosa de todos os livros, isto é, uma análise crítica para seleção de significados nos textos com o intuito de inteirar e conhecer todo o conteúdo deles. Tal tipo de análise crítica se fez essencial para a adequação dos textos recolhidos e analisados, tendo em vista em uma investigação educacional, a análise ter o objetivo de conferir um significado para o problema discutido na pesquisa, (Flores, 1994).

Uma vez que tal análise foi realizada, partiu-se para a chamada análise de conteúdo. Delgado & Gutiérrez (1995), afirmam que a análise de conteúdo poderia ser uma metodologia com o intuito de desestabilizar a integridade do documento, mas ressaltaria seus aspectos não obviamente intuitivos, contudo presentes no corpo do texto dos documentos de alguma forma. Tal análise deu-se em três etapas, a saber: A primeira foi a redução dos dados, depois a apresentação dos dados e por fim as conclusões.

Na redução de dados, partiu-se do conjunto amplo de textos analisados para variáveis estipuladas que admitissem a obtenção de conclusões para o estudo, utilizando a estratégia de categorização, (Flores, 1994). Os dados foram submetidos à separação em unidades significativas para o referido estudo e seu objetivo. As categorias selecionadas foram: Direitos Sociais, Diversidade Sexual, Diversidade Social e Equidade de Gênero.

Tais categorias foram selecionadas a posteriori, enquadrando-se numa pesquisa de natureza interpretativa, levando em conta o conteúdo dos livros analisados, de modo que foram encontrados neles elementos que permitiam sua classificação conceitual em pelo menos

uma das categorias já mencionadas. Não se pode excluir, contudo, o fato do objetivo que guiou o estudo também ter influenciado as categorias como Diversidade Sexual e Equidade de Gênero. Após a elaboração das categorias, seguiu-se o processo físico e concreto no qual os dados, ou unidades de dados foram “encaixados” em cada categoria determinada.

Na apresentação dos dados, no caso específico do estudo apresentado, o interesse foi principalmente a apresentação da análise feita. Para Equidade de Gênero foram abordados tópicos referentes ao lugar do homem e da mulher tanto social, quanto profissionalmente. Surpreendentemente, houve apenas uma citação de alguém do sexo masculino fazendo compras em um supermercado sozinho (livro Ponto de Encontro) e uma de um homem juntamente com uma mulher fazendo compras no supermercado (livro Ponto de Encontro), enquanto que todas as demais referências em todos os livros a compras feitas em supermercados foram apenas realizadas por personagens do sexo feminino.

Portanto, constata-se que as categorias exploradas pelos livros, de forma a atender parte do Edital PNLA 2008, percebeu-se claramente que no que tange a gênero. Os livros ainda são retrógrados, demonstrando em sua grande maioria mulheres em papéis domésticos, o que é um padrão estereotipado e precisamente condenado pelo Edital publicado pelo Ministério da Saúde para a escolha dos livros a serem adotados pelo governo federal.

6. Considerações Finais

Tendo em vista as considerações acerca da linguagem dos livros didáticos brasileiros, pode-se afirmar que as conclusões do referido estudo, foram construídas ao longo de todo o processo tanto de obtenção quanto de análise dos livros. o conjunto de tarefas de análises, redução e categorização dos dados permitiu a afirmação de conclusões em relação, ao objetivo do estudo. De certo modo, foi possível observar que até mesmo as próprias categorias (elaboradas na redução de dados) determinadas para a pesquisa são em si parte da conclusão do estudo (FLORES, 1994).

Por outro lado, tal investigação permitiu o entendimento de que formar um cidadão livre de preconceitos e de discriminações não é tarefa somente da escola, mas faz parte da realidade do (a) educador (a) enfrentá-la. Hoje, nos livros didáticos, encontram-se poucas representações de mulheres, e dessas poucas, em geral estão descritas mulheres brancas, citadas como construtoras da História da humanidade. Mesmo tendo contribuído para a evolução da civilização para além de gerar e educar filhos, é fácil também encontrá-las nas páginas dos livros em ilustrações na cozinha ou cuidando da família em ambiente doméstico. No próprio dicionário a definição de Mulher é: esposa, quando casada, senhora. E do Homem: a espécie Humana, varão (respeitável). Ao se estudar a História, há uma perspectiva do aprendizado da existência sob a ótica do homem branco e tal espectro de visão é agressivamente reforçado por toda uma vida, através dos meios de comunicação de massa e da indústria de consumo.

As revistas femininas ensinam culinária, decoração, moda e beleza. Incluíram para a mulher moderna relações de trabalho e sexo: “Seja prática, cozinhe mais rápido para sobrar tempo de se depilar; Realize fantasias masculinas, você até pode gostar!” A publicidade vende massivamente o corpo da mulher como fonte de diversão para o homem, possível de ser consumido, como um carro novo. A indústria de cosmético lucra com padrões de beleza de pele jovem, cabelos lisos e corpo magro.

Essa cultura sexista prejudica mulheres em todo o mundo, consequentemente afetando também os homens, pois em todos os momentos as relações de gênero estão presentes e influenciadas pela educação que se aprende e se reproduz sem questionamentos, principalmente quando não se enxergam as desigualdades. Mas quando há o conhecimento de que é possível escolher entre reproduzir ou transformar—lá, aí se percebe a movimentação em prol de para sociedade “livre” de fato.

A crescente mobilização de diversos setores sociais em favor do reconhecimento da legitimidade de suas diferenças tem correspondido a uma percepção cada vez mais aguda do papel estratégico da educação para a diversidade. Ela é vista como fator essencial para garantir inclusão, promover igualdade de oportunidades e enfrentar toda sorte de preconceito, discriminação e violência, especialmente no que se refere a questões de gênero e sexualidade. Essas questões envolvem conceitos fortemente relacionados, tais como gênero, identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual, que requerem a adoção de políticas públicas educacionais que, a um só tempo, contemplem suas articulações sem negligenciar suas especificidades.

Para isso, é preciso considerar a experiência escolar como fundamental para que tais conceitos se articulem, ao longo de processos em que noções de corpo, gênero e sexualidade, entre outras, são socialmente construída. Uma experiência que apresenta repercussões na formação identitária de cada indivíduo, incide em todas as suas esferas de atuação social e é indispensável para proporcionar instrumentos para o reconhecimento do outro e a emancipação de ambos. A escola e, em particular, a sala de aula, é um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos a diferenças. Daí, a importância de se discutir a educação escolar a partir de uma perspectiva crítica e problematizadora, questionar relações de poder, hierarquias sociais opressivas e processos de subalternização ou de exclusão, que as concepções curriculares e as rotinas escolares tendem a preservar (SILVA, 2006).

Da mesma maneira, como espaço de construção de conhecimento e de desenvolvimento do espírito crítico, onde se formam sujeitos, corpos e identidades, a escola torna-se uma referência para o reconhecimento, respeito, acolhimento, diálogo e convívio com a diversidade. Um local de questionamento das relações de poder e de análise dos processos sociais de produção de diferenças e de sua tradução em desigualdades, opressão e sofrimento.

Assim, a proposta de análise dos livros didáticos contribuiu para fins da amplitude do olhar sobre a diversidade se tornou uma iniciativa que deve ser cada vez mais valorizada e incentivada. Todavia, por outro lado, houve uma ausência de representação das várias outras possibilidades de gênero além do padrão heterossexual, que nem sequer aparecem nos livros e muito menos são problematizadas por meio de exercícios para reflexão em sala de aula. Tal constatação estabelece um reforço de que as possibilidades de gênero estão limitadas ao binômio homem/mulher, reproduzindo os valores da heteronormatividade nas salas de aula e escola, e, portanto, na sociedade e ambientes familiares.

Com isso, a ausência da afirmação da diversidade sexual no material didático-pedagógico atribui ao professor e à direção das escolas a total responsabilidade de trazer o tema ao ambiente de sala de aula.

Referências

ARAGÃO, SELMA. A Vitimização da Mulher: O Status da Mulher nas Antigas e nas Novas Culturas. In: **Violência e vitimização**: A face sombria do cotidiano. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

BOGDAN, R.; & BIKLEN, S. (1994). **Investigação qualitativa em educação – Uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora. 1994.

BORRILLO, D. **L'Homophobie**. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB nº 11/2000. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. 2000. Disponível em: . Acesso em: 11 ago. 2013. _____. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola**: reconhecer e superar preconceitos. CadernosCECAD 4. Ministério da Educação, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia do livro didático (1ª a 4ª série)**: PNLD/FNDE, 1998. Brasília: Imprensa Nacional, 1997. **Guia do livro didático 2007**: língua portuguesa: séries/anos iniciais do ensino fundamental. Brasília, 2006. **Parâmetros curriculares nacionais**: ensino fundamental. Brasília, 1997a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Orientação Sexual. Brasília, 1996.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CESAR, Maria Rita de Assis. **Gênero, sexualidade e educação**: notas para uma "Epistemologia". Educ. rev. [online]. 2009, n.35, pp.37-51.

DINIS, Nilson Fernandes. **Educação, relações de gênero e diversidade sexual**. Educ. Soc. [online]. 2008, vol.29, n.103, pp.477-492.

DINIZ, D.; PEREIRA, L. L. **Educação sexual para adolescentes**: um estudo sobre as moralidades dos aconselhadores. Ser Social. Brasília. v. 1, n. 1. 1998: 225-240.

DELGADO, J.; & Gutiérrez, J. **Métodos y técnicos cualitativos de investigación e Ciencias sociales**. Madrid: Editorial Síntesis. 1995.

FARAH, M. F. S. **Incorporação da questão de gênero pelas políticas públicas na esfera local do governo.** São Paulo, 1998. Dissert. (mestr.) Fundação Getúlio Vargas.

FLORES, J. **Análisis de datos cualitativos – Aplicaciones a la investigación educativa.** Barcelona: PPU. 1994.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber.** 19ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade.** São Paulo: Cortez e Moraes. 1980.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo.** Organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

LIONÇO, T. & Diniz, D. **Homofobia e educação: um desafio ao silêncio.** Brasília: Letras Livres; EdUnB. 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia.** Ed. Brasiliense: SP, 2008.

MICHEL, A. **Não aos estereótipos: vencer o sexismo nos livros para crianças e nos manuais escolares.** São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina, Unesco, 1989.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. "Gênero e educação: teoria e política". In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** Petrópolis: Vozes, 2003.

MOREIRA, A.F.B.; SILVA. T.T. (org.). **Currículo, Cultura e Sociedade.** São Paulo : Cortez, 1994.

MOURA, N. C. **Relações de gênero em livros didáticos de língua portuguesa: permanências e mudanças.** São Paulo, 2007. Tese (dout.) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

NEGRÃO, E. V.; AMADO, T. **A Imagem da mulher no livro didático: estado da arte.** São Paulo: FCC/DPE, 1989. (Textos FCC, 2).

ROSEMBERG, F. **Caminhos cruzados:** educação e gênero na produção acadêmica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.27, n.1, p.43-51, jan./jun. 2001.

ROSEMBERG, Fúlvia; MOURA, Neide Cardoso de and SILVA, Paulo Vinícius Baptista. **Combate ao sexismo em livros didáticos:** construção da agenda e sua crítica. Cad. Pesqui. [online]. 2009, vol.39, n.137, pp.489-519.

ROSEMBERG, Fúlvia; PIZA, Edith & MONTENEGRO, Thereza. **Mulher e educação formal no Brasil:** Estado da arte e bibliografia. Brasília: INEP/Reduc, 1990.

SILVA, R. C. P.; MEGID NETO, J. Formação **de professores e educadores para abordagem educação sexual na escola:** o que mostram as pesquisas. Ciência e Educação, São Paulo, v. 2, n.

SILVA, R. C. P.; MEGID NETO, J. **Formação de professores e educadores para abordagem educação sexual na escola:** o que mostram as pesquisas. Ciência e Educação, São Paulo, v. 2, n.12. 2006: 185-197.

SCOTT, Joan. **"Gênero:** uma categoria útil de análise histórica". Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de and FONSECA, Maria da Conceição Ferreira. **Discurso e "verdade":** a produção das relações entre mulheres, homens e matemática. Rev. Estud. Fem. [online]. 2009, vol.17, n.2, pp.595-613.

Periódicos Utilizados no Estudo

1. Conhecer e Descobrir - Wilma Jane Lekevicius Costardi, Maria Rita Costa de Souza, Mirna Lima;
2. EJA – Alfabetização de Jovens e Adultos: língua portuguesa, matemática – Lidia de Oliveira Laguna e Luiz Roberto Dante;
3. Ler e Escrever o Mundo – Alfabetizar Letrando – Dirceu Zaleski Filho e Samanta Martinelli;
4. Meta do Saber - Amelia Albuquerque, Izete Maia, Jorge Rodriguez e Yêdda Freire;
5. Ponto de encontro: alfabetização de jovens e adultos – Marco Antonio Hailer e Karina Perez Guimarães;
6. Vale a Pena! - Andréa Martins;
7. Vida Nova - Isabella Carpandea e Angiolina Bragança

8. Viver, Aprender Alfabetização - Cláudia Lemos Vóvio e Maria Amábile Mansutti.